

Os negócios do açúcar em Lisboa na primeira década pombalina: volumes, origens, destinos e agentes na Alfândega (1752-1761)

Lélio Luiz de Oliveira

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Renato Leite Marcondes

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Recebido em: 27 mar. 2024

Aprovado em: 05 jun. 2024

Publicado em: 04 out. 2024

Resumo

O objetivo é analisar um elo vital da cadeia mercantil do grande negócio do açúcar entre os anos de 1752 a 1761, por meio do despacho na Alfândega de Lisboa. A documentação revelou os agentes do açúcar e a quantidade tributada segundo a origem e o destino, formando um perfil da oferta brasileira, do consumo em Portugal e da reexportação. Verificamos uma ampla gama de agentes açucareiros, compreendendo desde os grandes negociantes nacionais e estrangeiros direcionados à reexportação até um elevado número de pessoas distribuindo diminutas quantidades para o mercado interno. Por fim, notamos uma concentração extraordinária e a persistência nos negócios dos agentes de maior porte relativamente aos pequenos.

Palavras-chave: Açúcar. Negociantes. Exportação Brasileira. Alfândega de Lisboa.

Agradecemos ao apoio da FAPESP à pesquisa (Processo 2021/01389-5) e às bolsistas Camilla Russo Baptista e Karine Barbosa da Silva.

* Professor Associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: lelio@fearp.usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3806-7556>

 <http://lattes.cnpq.br/2649208466349504>

** Professor Associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Departamento de Economia. Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. E-mail: rlmrcon@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7002-621X>

 <http://lattes.cnpq.br/0017510939441350>

Sugar business in Lisbon in the first Pombaline decade: volumes, origins, destinations and agents in the Customs House (1752-1761)

Lélio Luiz de Oliveira

University of São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil

Renato Leite Marcondes

University of São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil

Received: 27th March 2024

Approved: 05th June 2024

Published: 04th Oct. 2024

Abstract

The objective is to analyze a vital link in the mercantile chain of the big sugar business between the years 1752 to 1761, through the dispatch at the Lisbon Customs. The documentation revealed the sugar agents and the amount taxed according to origin and destination, forming a profile of Brazilian supply, consumption in Portugal and re-exports. We verified a wide range of sugar agents, ranging from large national and foreign dealers focused on re-exports to a large number of people distributing small quantities for the domestic market. Finally, we note an extraordinary concentration and persistence in the business of the larger agents in relation to the smaller ones.

Keywords: Sugar. Traders. Brazilian Exports. Lisbon Customs.

We would like to thank the research funding by FAPESP (Process nº 2021/01389-5) and to the scholarship researchers Camilla Russo Baptista and Karine Barbosa da Silva.

* Associate Professor at the University of São Paulo, Faculty of Economics, Administration and Accounting of Ribeirão Preto, Department of Economics. PhD in Economic History from the University of São Paulo; MA and BA in History from the "Júlio de Mesquita Filho" São Paulo State University. Email: lelio@fearp.usp.br
 <https://orcid.org/0000-0002-3806-7556>  <http://lattes.cnpq.br/2649208466349504>

** Associate Professor at the University of São Paulo, Faculty of Economics, Administration and Accounting of Ribeirão Preto, Department of Economics. PhD in Economics from the University of São Paulo; BSc in Economics from the University of São Paulo. Email: rlmrcon@usp.br
 <https://orcid.org/0000-0002-7002-621X>  <http://lattes.cnpq.br/0017510939441350>

Introdução

O açúcar produzia-se no Brasil por meio de centenas de engenhos, milhares de lavradores de cana e dezenas de milhares de escravos, principalmente na zona da mata do Nordeste e no Sudeste mais litorâneo. Após a fabricação, transporte, armazenagem e procedimentos alfandegários e tributários, embarcava-se a mercadoria para fora da colônia por meio dos portos de Pernambuco, Bahia e Rio Janeiro. O desembarque ocorria mormente em Lisboa, passando pela sua Alfândega e pelo pagamento de tributos. O destino final da cadeia mercantil do grande negócio do açúcar era principalmente o restante da Europa por meio da reexportação e o consumo português (Cf. Schwartz, 1988; Stols, 2004). Havia um mercado interno em Portugal da preciosa mercadoria, distribuída por meio de diversos agentes para o consumo. Ainda no apogeu do ouro no meado do século XVIII, as frotas do Brasil continuavam a desembarcar volumes expressivos de açúcares em Portugal, direcionados para o exterior principalmente por grandes negociantes nacionais e estrangeiros. No início do consulado pombalino, a estagnação e posterior declínio da chegada do ouro conduziram a políticas de incentivo às exportações coloniais (Cf. Godinho, 1953; Morineau, 1985; Pinto, 1979; Magalhães, 2004; Carrara *et al.*, 2022). Na década de 1750 ocorreram novas políticas regulatórias e institucionais para o açúcar, buscando incentivar e ampliar o seu comércio não apenas para o exterior, mas também favorecendo o consumo português. Tal política culminou na criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1759, dinamizando as exportações dessa região produtora (Cf. Ribeiro Júnior, 2004; Araújo, 2010; Melo, 2017). Uma década marcada também pelo terrível sismo de 1755 que impactou profundamente a economia e a demografia lisboeta, fortalecendo a própria política pombalina (ver por exemplo Serrão, 2007). Posteriormente, a criação do Erário Régio em 1761 produziu mudanças expressivas na arrecadação dos direitos em Portugal, centralizando a administração das receitas e despesas (Cf.: Tomaz, 1988; Hespanha, 2013; Cruz, 2014).¹

Apesar de alguns desses autores apontarem os volumes totais desembarcados de açúcar em Lisboa à época e a atuação de grandes mercadores, pouco se conhece sobre o conjunto dos negócios e dos agentes da preciosa mercadoria nessa praça. Neste artigo, analisamos um elo vital da cadeia mercantil do grande negócio do açúcar nesse início do consulado pombalino e antes da criação do Erário Régio (1752-1761), por meio do despacho diário e nominal de saída e pagamento dos direitos na Alfândega de Lisboa. A partir de documentação inédita formamos um quadro tanto da oferta brasileira entrada no porto

1 Lei de 22 de dezembro de 1761. Após a criação do Erário Régio alterou-se expressivamente a organização fiscal do Império, refletindo em lacuna na documentação utilizada nessa pesquisa até 1778.

lisboeta como da demanda portuguesa e de reexportação da mercadoria.² Buscamos revelar os negócios açucareiros em Lisboa, compreendendo os volumes, origens, destinos e seus agentes. Identificamos a atuação dos agentes do açúcar responsáveis pelos pagamentos dos direitos na Alfândega. Assim, compreendemos os negócios açucareiros dos agentes tributados, abarcando desde os grandes negociantes até os diminutos participantes e dimensionando os volumes, a concentração e a persistência nessa atividade. Defendemos que existiu um diverso grupo de agentes açucareiros na praça lisboeta, que não se restringiu aos grandes negociantes direcionados ao mercado estrangeiro e também compreendeu um contingente amplo de pessoas distribuindo para o mercado interno português. Tal proposta reafirma a política pombalina de regulação da distribuição do açúcar tanto para o mercado exterior como para o interno, procurando evitar nesse último caso o desabastecimento português.

Novos estudos sobre negócios coloniais calcados em fontes nominativas de remessas de ouro do Brasil para Portugal ampliaram a nossa compreensão sobre os volumes transferidos e os grupos de destinatários. Além dos grandes negociantes, os resultados revelaram um extraordinário número de agentes privados que remetiam pequenas quantias, apresentando elevado grau de renovação e concentração (Cf. Costa; Rocha; Souza, 2005 e 2013; Costa, 2006; Costa; Rocha, 2007). Aplicamos essa abordagem adaptada para o despacho do açúcar a partir da Alfândega de Lisboa, constituindo um momento crucial para avaliar o desembarque e a distribuição do açúcar, revelando a atuação de agentes de diferentes portes e a recorrência de suas operações. A estratégia empregada fornece uma luz sobre a parte açucareira das negociações dessas pessoas, muitas delas não especializadas nessa mercadoria e nem referidas como negociantes ou “homens de grosso trato” (Cf. Pedreira, 1992, 1995; Dias, 2018; Duarte; Gonçalves; Góis, 2020). Nos negócios do açúcar, a propriedade da mercadoria trocava frequentemente de mãos desde a colônia, apresentando em cada elo da cadeia um conjunto distinto e de porte variado de proprietários.

Apesar dos limites para identificação dos agentes na documentação alfandegária, podemos notar que os tributados em Lisboa constituíam um amplo leque de pessoas e companhias, desde consumidores, confeiteiros, merceeiros, refinadores, lojistas a retalho e até os poucos grandes negociantes, alguns dos quais estrangeiros. Utilizamos a própria informação do volume tributado de cada agente para estabelecer uma distinção entre eles, demarcando diferentes grupos de acordo com a quantidade negociada de açúcar. Medimos a concentração desse mercado por meio dos informes do volume transacionado por pessoa ou

2 Apesar da existência de uma referência na literatura aos valores totais arrecadados por ano (Mont Serrat, 2013, p. 278), utilizamos os seis livros da Receita do Açúcar na totalidade das suas informações e de forma original, permitindo uma análise não apenas macro dos totais anuais de arrecadação e da quantidade do açúcar por região de origem do Brasil, mas também micro compreendendo desde a arraia miúda dos negociantes aos grandes mercadores dessa preciosa mercadoria em Lisboa.

companhia na Alfândega de Lisboa. Por outro lado, avaliamos a continuidade dos negócios açucareiros por meio da persistência nos anos em análise, acompanhando a repetição dos nomes. As transações consideradas condicionaram-se de acordo com as políticas pombalinas e as vicissitudes de cada negociante e do próprio mercado. O período em análise de 1752 a 1761 compreendeu o início da política econômica pombalina e permitiu também analisar os negócios do açúcar antes e depois do sismo de 1755, que destruiu a infraestrutura portuária e alfandegária, bem como ceifou vidas.

A capital do Império abarcava a maior parte do comércio marítimo português, dos negócios e da administração do Estado, fixando a elite mercantil nacional e estrangeira. Lisboa mantinha uma população expressiva e crescente, estimada em cerca de 150 mil pessoas no meado do século XVIII (Cf. Rocha, 1996; Serrão, 1997). A comunidade mercantil lisboeta concentrava os negócios coloniais, como a distribuição do açúcar para o consumo doméstico e a reexportação. O terremoto interrompeu esses negócios na cidade, porém houve uma retomada já no ano seguinte. De outro lado, ao levantarmos as quantidades do açúcar entrado na Alfândega de Lisboa podemos observar uma boa *proxy* para as exportações brasileiras desse produto, em face da preeminência desse porto em Portugal, da falta de registros de saída no Brasil e também de que o contrabando dessa mercadoria provavelmente fosse reduzido.³

Apesar da regulação e dos controles do sistema de frotas até 1765, as descrições dos carregamentos disponíveis na literatura revelaram-se bastante sumárias e irregulares, em geral somente o número de embarcações e a quantidade de caixas da valiosa mercadoria sem a identificação dos seus proprietários. Da mesma forma não há estimativas da parcela do açúcar brasileiro consumido em Portugal. Muito menos quem eram os agentes do açúcar. Para avançar a discussão utilizamos basicamente seis livros de registro da Receita do Açúcar de 1752 a 1761 da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.⁴ Em tais livros anotavam-se, regularmente, o despacho diário para cada agente, registrando o valor dos direitos, a quantidade, a qualidade e a origem no Brasil. Esses dados tributários nominativos permitiram-nos analisar os negócios do açúcar para os anos de 1752, 1755, 1758, 1759, 1760 e 1761. Adicionalmente, lançamos mão de uma compilação de documentos qualitativos e quantitativos sobre o açúcar no meado do século XVIII também guardada nesse arquivo.⁵ Além de nos fornecer muitas das regulamentações e políticas

3 Ebert (2011, p. 116) afirma que o contrabando de açúcar português para Inglaterra era reduzido por conta da oferta de suas próprias colônias. Além do contrabando, havia a possibilidade de sonegação do imposto.

4 ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. TT/ER/A-A-C/009.

5 ANTT. MMIP. Livro 39. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil. TT/MMIP/39. ANTT. ER Livro 889, Registro da Receita do Donativo dos 4% para 1756-57. TT/ER/A-A-C/014/0003.

concernentes a essa mercadoria, esses registros complementaram uma parte dos informes de destino e dos agentes que constavam dos livros da receita.

Na primeira parte do artigo, apresentamos as políticas regulatórias e tributárias específicas para o açúcar desde o início do século XVIII, destacando as mudanças pombalinas ocorridas na década de 1750. Ainda nessa seção, discutimos os volumes, a origem e a qualidade do açúcar de 1752 a 1761, cotejando com os informes já existentes na literatura para essa época. Posteriormente, a partir de um contexto da historiografia sobre a utilização do açúcar em Portugal, analisamos os destinos dessa mercadoria e o consumo português para 1752, dimensionando seus volumes. A seguir, avaliamos a distribuição dos agentes por faixas de tamanho do volume transacionado e pelo destino do açúcar. Verificamos o grau de concentração dos negócios do açúcar nas mãos de poucas pessoas nos anos em estudo. Por fim, destacamos a persistência dos negociantes nessa atividade no decorrer dos anos. Numa época de mudanças institucionais, este artigo demonstra o papel da economia açucareira na capital do império, desvendando o perfil dos negócios para dentro ou fora de Portugal e dos agentes, que abarcava um conjunto amplo de pessoas e companhias.

Açúcar na Alfândega de Lisboa

Embora a primeira metade século XVIII seja caracterizada pela ascensão do ouro na renda portuguesa, ocorreram diversas medidas de constante reequilíbrio do orçamento da Coroa e ajustes periódicos das práticas de arrecadação, por meio da adaptação e racionalização do fisco e na tentativa de evitar os contrabandos. A dependência dos cofres reais concentrou-se cada vez mais nas arrecadações externas, tanto do ouro como do estanco do tabaco, das receitas do açúcar e de outros produtos coloniais (Cf. Hespanha, 1998, 2013; Silva, 2005).

O Alvará de 13 de setembro de 1725 consolidou os direitos do açúcar a um só cômputo, pagamento e despacho (400 réis por arroba do branco e 200 réis o mascavado), incluindo as dízimas, sisa, comboio, maioria, donativo, consulado, portos secos, portagem e todos os demais. O despacho do açúcar na Alfândega de Lisboa compreendeu o pagamento do tributo e a saída do produto para o consumo no Reino ou para reexportação. Apesar do regime de frotas concentrarem o desembarque em determinadas épocas do ano de acordo com a origem no Brasil, os despachos realizavam-se ao longo de todo o ano, dispondo da armazenagem na Alfândega. Desse modo, o alvará procurava deixar o comércio mais franco e ágil.

No início do consulado de Pombal, ocorreram diversas mudanças na regulação dos produtos brasileiros, como a criação de Mesas de Inspeção nas colônias (Cf. Conti, 2006; Novais, 2016). O Decreto de 27 de janeiro de 1751 diminuiu pela metade a quantidade tributada por meio dos direitos sobre o açúcar exportado para fora do Reino, mas gerou

dúvidas na interpretação principalmente do desconto da tara de uma arroba em cada cinco.⁶ Uma representação da Mesa dos Homens de Negócio demandou a fixação dos preços do açúcar e dos fretes, bem como maior presteza no despacho da Alfândega. Posteriormente, um novo Decreto de 15 de dezembro de 1752 reduziu também o imposto para o Reino, equiparando os direitos dos açúcares para fora e para a terra a partir de 1753. Tal medida facilitou o consumo em Portugal e evitou descaminhos. De outro lado, autorizou-se a criação de duas novas fábricas de refino de açúcar no início da década de 1750, direcionadas ao mercado português.⁷ Por fim, a preocupação com a demanda interna de Portugal e a escassez momentânea do produto mais finalizado para o consumo na praça justificou a edição do Decreto de 14 de setembro de 1758 que proibiu temporariamente a exportação de açúcar branco para fora do Reino, em função do desabastecimento interno.

Os livros de registro da Receita do Açúcar da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa consistem num vasto acervo a respeito da entrada desse produto na praça, informando o agente (nome e em alguns casos anotou-se título), a origem no Brasil (geralmente Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro), a quantidade (em arrobas), a qualidade (apenas branco ou mascavado) e a arrecadação (em réis). O primeiro livro disponível na Torre do Tombo refere-se a 1752, justamente logo após a primeira redução tributária. Para possibilitar a arrecadação diferenciada do produto comercializado no país e no exterior, nesse último ano registrou-se o destino: dentro ou fora do Reino, compreendendo até mesmo a data e o navio de saída. A partir da referida equiparação dos direitos em 1753, não houve mais a necessidade de se anotar o destino do açúcar para a arrecadação. A simplificação do registro impossibilitou conhecer por meio dessa documentação a destinação dos açúcares a partir de 1753.

O livro da Receita do Açúcar de 1752 informa a chegada de quase 341 mil arrobas tributadas em Lisboa. Entretanto, há a necessidade de duplicarmos as quantidades direcionadas para o exterior decorrente da isenção dos direitos para a metade do exportado, assim chegamos num volume total de 547 mil arrobas naquele ano.⁸ Tal volume de Lisboa representava uma parcela bastante diminuta relativamente à produção caribenha estimada nessa época (Higman, 2011, p.104), perfazendo pouco mais de um vigésimo das exportações do Caribe (5,4%). Conforme a Tabela 1, mais da metade desse último somatório de açúcares originava-se da Bahia (58,6%) e um terço de Pernambuco (33,3%). A parcela fluminense não chegava a um vigésimo (4,2% do total), revelando uma participação bastante reduzida na oferta desse ano. A ausência da chegada de frota do Rio de Janeiro nesse ano pode explicar a

6 Abatida a tara, metade da carga destinada ao exterior pagava os direitos estabelecidos em 1725 e a outra era isenta (Conti, 2016, p. 51-52).

7 ANTT. MMIP. Livro 39, N. 1 e 2. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil. TT/MMIP/39.

8 Neste artigo, não acrescentamos a quantidade referente a tara.

diminuta participação, dispondo do armazenado no ano anterior ou que pode ter chegado em outras frotas.⁹ Por outro lado, em termos da qualidade dos açúcares, quase dois terços do entrado na Alfândega lisboeta classificou-se como branco (65,8%), sendo o restante mascavado. Notamos uma diferenciação da qualidade segundo a origem, pois a proporção de branco foi maior para o Rio de Janeiro e Pernambuco, perfazendo respectivamente 88,4% e 80,7%. Assim, o açúcar baiano consistia em tão-somente pouco mais da metade de branco (56,0%), representando três quartos do mascavado que entrou na Alfândega.

Tabela 1 – Quantidade de açúcar, arrecadação e qualidade (Lisboa, 1752-1761)

Informação	1752	1755	1758	1759	1760	1761
Quantidade (arrobas)	546.773	429.448	420.554	491.236	378.977	585.770
Por origem (%)						
Bahia	58,6	40,1	77,9	30,7	80,1	3,7
Pernambuco	33,6	56,6	9,8	58,6	1,6	77,6
Rio de Janeiro	4,2	3,3	10,0	9,3	18,2	18,3
Outros	3,8	---	2,3	1,4	0,1	0,4
Arrecadação (contos de réis)	103,7	77,4	61,9	82,7	59,9	102,3
Qualidade (%)						
Branco	65,7	84,3	50,2	77,4	59,4	76,2
Mascavo	34,3	15,7	49,8	22,6	40,6	23,8

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009. Havia pequena quantidade de açúcar das capitâneas que passavam “pelas Ilhas” para chegar a Lisboa, como em 1758, 1759 e 1760.

9 ANTT. Junta do Comércio. Livro 74. Livro de lembrança das entradas e saídas das frotas portuguesas, e de outros navios para a América e Estados da Índia. PT/TT/JC/A-D/12/1.

A literatura apresenta dados de exportação brasileira de açúcar para a década de 1750, que mostra oscilações expressivas entre os anos e até para um mesmo porto de origem. Carrara *et al.* (2022, Tabela B4) verificaram, apoiado nos autores Almeida (1971), Morineau (1985), Pinto (1979), Schwartz (1988) e dados do Arquivo Histórico Ultramarino, que as quantidades exportadas pelo Brasil foram maiores que as tributadas em Lisboa.¹⁰ Além disso, os autores notaram um crescimento em 1759 e 1761 em comparação aos anteriores, apesar da ausência da informação para 1756 e 1760. Por outro lado, dispomos dos anos de 1752, 1755, 1758, 1759, 1760 e 1761 e não observamos na Tabela 1 uma tendência crescente ou decrescente para a quantidade total desembarcada de açúcar na Alfândega de Lisboa até o final do período em estudo, apenas oscilações entre os anos. A retração da chegada de açúcar para 1755 decorreu do terremoto de Lisboa em primeiro de novembro, que praticamente encerrou o registro a partir desse momento.¹¹ Destarte, a estabilidade das importações de açúcar dos anos anteriores e posteriores ao terremoto demonstrou a continuidade dos negócios na praça lisboeta.

Apesar de não dispormos dos livros da Receita do açúcar referentes a 1753, 1754, 1756 e 1757, procuramos suprir parcialmente a lacuna dessas informações por meio de outro imposto pago pelo produto. O Donativo de 4% foi criado em 1756 destinado à reconstrução de Lisboa, incidente sobre as mercadorias e manufaturas que já pagavam direitos nas Alfândegas.¹² O imposto de alíquota de 4% aplicava-se sobre o valor estimado do produto. Lançamos mão do primeiro livro de registro da arrecadação de mercadorias brasileiras na Mesa Grande do Açúcar, que se iniciou dia 20 de setembro de 1756 e terminou dia 3 de junho de 1757. Apesar de um período inferior a um ano, verificamos a quantidade de 401.600 arrobas de açúcar, bastante próximo aos montantes dos anos disponíveis na Tabela 1. Tal volume demonstrou a retomada do patamar dos negócios do açúcar em Lisboa menos de um ano depois do terremoto. Desse total quase dois terços foi de branco (64,5%). Apesar da falta de informação de origem para um terço das quantidades, observamos que a Bahia respondia por mais da metade do total (55,4%), o Rio de Janeiro por um décimo e Pernambuco por apenas 1,4%. Tal resultado foi influenciado pela chegada da frota de Pernambuco em agosto de 1756,

10 Eles consideram também seis anos com informações das três principais regiões produtoras do Brasil, porém alguns distintos dos nossos: 1752, 1754, 1755, 1757, 1759 e 1761, totalizando cerca de 5 milhões de arrobas. Uma das razões para tal diferença em relação ao do nosso trabalho deriva de tratarmos Portugal como um todo e não apenas Lisboa. De outro lado, também poderia ocorrer sonegação, isenção e perdas no processo de exportação até a praça lisboeta, bem como a conversão de caixas em arrobas.

11 A destruição do terremoto seguido por maremoto alcançou a Alfândega e os produtos armazenados, bem como os navios no Tejo. A estimativa das perdas chegou a cerca de 12 mil caixas de açúcar, muitas já tinham sido tributadas na Alfândega. A retomada da cobrança dos direitos ocorreu menos de dois meses depois, como apontado pela literatura (Serrão, 2007, p. 149 e 153).

12 Decreto 2 de janeiro de 1756. Como não localizamos os livros de Receita do Açúcar para os anos de 1753 e 1754 e ainda não havia o donativo do 4% para eles não foi possível analisá-los.

ou seja, mais de um mês antes do início do livro. Por fim, ainda houve o desembarque de 962 almudes de aguardente de cana e 2.643 de melaço. O açúcar representou quase nove décimos da arrecadação do donativo em 1756-57 (88,2%). A aguardente e o melaço não chegaram a um ponto porcentual do tributado pelo donativo (0,5%).¹³ A tributação sobre as mercadorias brasileiras incidiu de modo fortemente concentrado no açúcar, devido à grande importância desse produto nas importações da colônia.

Posteriormente, notamos algumas variações da quantidade decorrentes da chegada ou não das frotas de alguma capitania, principalmente entre 1758 e 1761. Nesses anos, não entraram a frota de um dos dois principais portos de origem: Bahia ou Pernambuco. Em 1760, houve a chegada de reduzida quantidade de açúcar de Pernambuco, possivelmente decorrente da criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba no ano anterior. Desse modo, as variações das quantidades de açúcar dessas duas principais capitanias produtoras mostraram-se mais intensas do que as do volume total brasileiro desembarcado em Lisboa. A ausência de frota num determinado ano de uma capitania poderia resultar que no ano seguinte houvesse a entrada da produção e estoque de dois anos, compensando a lacuna anterior.

Os preços do açúcar consumido em Lisboa revelaram-se entre 1752 e 1755 relativamente estáveis, chegando a 49 réis por arrátel nesse último ano.¹⁴ Eles apresentaram elevação expressiva depois do terremoto e principalmente da eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1762). Os valores mais que dobraram até 1760, chegando a 105 réis por arrátel. Justo esse ano foi o de menor oferta de açúcar brasileiro, refletindo sobre os preços. Já no seguinte os valores do açúcar retraíram-se para 74,5 réis por arrátel, quando ocorreu a maior oferta no período em estudo. Assim, os preços guardaram uma relação com a chegada da mercadoria a Lisboa.

O Rio de Janeiro estabeleceu um comércio mais regular, apresentando menores variações na oferta. O principal porto do Atlântico Sul mantinha um comércio mais diversificado, incluindo mais ouro, e assim maior regularidade da chegada de navios a Lisboa. A participação do Rio de Janeiro na quantidade do açúcar atingiu menos de um vigésimo do total nos dois primeiros anos analisados, porém passou a crescer ao final da década de 1750, chegando a quase um quinto em 1760 e 1761. Por fim, ainda havia a entrada de açúcar do Maranhão e de origens desconhecidas. A oferta maranhense atingiu o maior porcentual em 1758, mas tão-somente 0,3% do total.

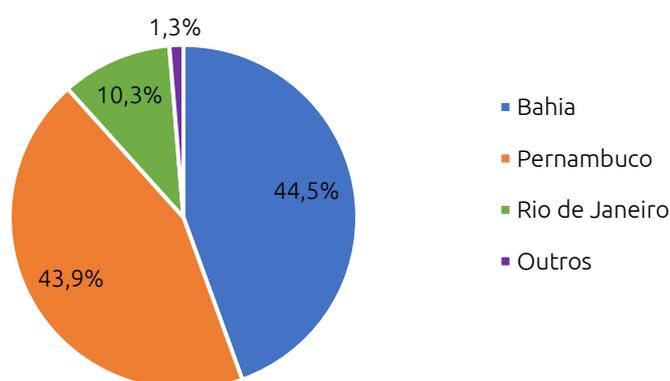
A arrecadação dos direitos do açúcar revelou-se bastante correlacionada ao volume

13 O universo dos couros fez um décimo da arrecadação do donativo nesse período. O donativo do tabaco era arrecado na sua própria Alfândega.

14 Prices, wages and rents in Portugal 1300-1910. *The PWR Data Files*. (Site). Disponível em: http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56. Acesso em: 07 fev. 2022. Um arrátel equivale a 459 gramas.

nesses anos analisados, divergindo mais em 1752 quando o tributo era o dobro para a terra. Por outro lado, a qualidade do açúcar demonstrou a ampla preponderância do branco, atingindo as menores participações em 1758 e 1760. As variações da origem do açúcar impactaram na qualidade, pois o mascavado detinha relativamente mais presença na Bahia do que em Pernambuco. De forma oposta, a maior participação de açúcar pernambucano produziu uma elevação da participação do branco. No total dos seis anos analisados, houve uma movimentação de quase três milhões de arrobas de açúcar e verificamos uma participação muito próxima da Bahia e Pernambuco nesse total, representando 44,5% e 43,9% respectivamente (Gráfico 1). O Rio de Janeiro ofertou um décimo do açúcar movimentado nesses anos de 1752 a 1761 (10,3%). Assim, as duas principais regiões brasileiras ofertantes dos açúcares consistiram na Bahia e Pernambuco, assumindo a do Rio de Janeiro parcela bastante menor.

Gráfico 1 – Participação das regiões brasileiras no açúcar importado por Lisboa (1752-1761)



Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Destino do açúcar brasileiro

As caixas de açúcar chegadas a Lisboa eram redirecionadas para o consumo em Portugal ou reexportadas para outros destinos na Europa. A parte consumida no Reino representava, comumente, uma parcela menor do total desembarcado. Existem evidências desse consumo, por meio de lojas de mercearia que vendiam açúcares, bem como outros produtos coloniais. Madureira (1997, p. 454) a partir do Mapa de distribuição das ruas de

Lisboa para 1760 verificou a existência de oitenta confeitores, perfazendo 3,3% das lojas de artífices no arruamento.¹⁵ Para outra fonte e categorização, Braga (2014, p. 168) anotou 116 confeitores por meio da décima de Lisboa entre 1763 e 1769, representando apenas 1,2% do total de artesãos tributados.¹⁶ Não obstante a divergência do número de confeitores e especialmente da sua proporção entre os artesãos para os autores, essas evidências quantitativas apontam a existência de um elevado número de oficiais na cidade que trabalhavam o açúcar para o consumo.

Podemos efetuar um primeiro dimensionamento desse mercado a partir de informações gerais das caixas despachadas no meado do século XVIII.¹⁷ Das 16 mil caixas chegadas em 1749, 45,4% destinavam-se ao mercado interno (ou a terra como referida na documentação), ou seja, uma participação muito elevada do total. No ano seguinte, entraram menos caixas (12 mil), mas a participação do consumo português foi de apenas 26,6% do total. Nos anos seguintes, despacharam-se 19 mil caixas em 1751, das quais 29,4% para o Reino e, em 1752, foram 17 mil caixas, das quais 29,7% se destinavam a terra. Por fim, houve uma retração expressiva da chegada de açúcar em 1753, totalizando apenas 10 mil caixas. Nesse último ano, a parcela destinada ao consumo em Portugal superou o exportado por mar, perfazendo 74,2% das caixas, refletindo a redução do tributo para a terra que produziu uma ampliação das compras para o mercado português.¹⁸ Apesar de informações mais gerais e da grande oscilação do volume de caixas tanto importadas como destinadas para o mercado interno entre os anos, geralmente ocorria a preeminência do destino para fora do Reino. De toda sorte, havia um consumo importante em Portugal do açúcar brasileiro por meio dos informes disponíveis, porém apresentando significativas variações entre os anos.

A partir dos dados da Receita do Açúcar da Alfândega de Lisboa em 1752, verificamos que das 547 mil arrobas desembarcadas três quartos dos açúcares se destinaram para o estrangeiro por via marítima (75,4%). Desse modo, o exterior do Reino por mar mantinha-se como principal destino do produto brasileiro. Cerca de um ponto percentual encaminhou-se

15 Mata (2011) ressalta a importância dos confeitores entre os ofícios na cidade de Lisboa.

16 Rocha (1996, cap. 2) verificou a existência de 13 inventários com atividades relacionadas a panificação e confeitaria ao final do século XVIII e início do XIX. Os inventariados possuíam matérias primas (inclusive doces e açúcares) entre os seus bens, chegando num dos casos a 1/3 dos bens avaliados. Ver também: Durães (2016).

17 ANTT. MMIP. Livro 39, N. IV e XV. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil. A literatura utiliza uma conversão de cerca de 40 arrobas para cada caixa de açúcar (Schwartz, 1988, p. 113).

18 *Idem*. "E no ano de 1753 em que já o gênero não teve saída alguma nos países estrangeiros, principalmente açúcar branco" (Livro 39, m0041).

ao estrangeiro por terra para Castela (1,2%), geralmente pela Alfândega de Castelo Branco.¹⁹ Apesar do imposto do açúcar para a terra fosse o dobro do destinado ao exterior nesse ano, pouco mais de um quinto comercializou-se em Portugal (22,6%).²⁰ Por outro lado, em termos do conjunto arrecadado com o produto, a terra representou 41,4% e o exterior a 54,9%, demonstrando um maior equilíbrio da receita auferida para cada destino diferentemente do ocorrido com as quantidades. O tributo pago por arroba quando destinada para fora do Reino atingiu em média 138 réis, porém para terra chegou a 348 réis. A tributação proporcionalmente maior para o consumo interno pressionou por mudança na legislação para o ano de 1753, como afirmado anteriormente. Assim, mesmo num ano de tributação mais do que o dobro para o açúcar consumido em Portugal em relação ao destinado ao exterior, houve um montante significativo para o abastecimento interno e que produziu uma arrecadação ainda mais expressiva.

A origem do açúcar distribuído em Portugal diferenciou-se do destinado ao exterior, pois Pernambuco representou mais da metade (52,4%) e a Bahia (32,4%). Embora fosse um fornecedor menor, a maior parte dos açúcares fluminenses destinou-se a Portugal. Por fim, a quase totalidade do açúcar comercializado na terra consistiu de açúcar branco (90,6%), pois quase todo o mascavado destinou-se ao exterior (93,7%). Assim, havia preferência para a reexportação do açúcar mascavado, possivelmente por conta do menor preço e tributo, bem como da maior capacidade de refino no estrangeiro (Moreira; Weber, 2008, p. 332).

Supomos que a totalidade do açúcar despachado para a terra consumia-se em Portugal, em função do pagamento do imposto mais elevado em 1752 para esse destino. Dessa forma, consumiram-se 124 mil arrobas na terra nesse ano. Limitado à Alfândega de Lisboa, podemos estimar o consumo *per capita* português em 0,75 quilogramas em 1752.²¹ Tal padrão de consumo mostrou-se muito inferior ao calculado para a Inglaterra e até mesmo para a Holanda, pois atingia respectivamente 7,5 quilos em 1750-9 e 3,75 em c.1750 (Vries, 2008, p. 181). Apesar da enorme importação anual francesa (média de 3,5 milhões de arrobas em 1749-55, cf. Stein, 1988, p. 97), o consumo *per capita* português assemelhava-se ao francês, estimado entre 0,68 e 0,90 quilos (*Ibidem*, p. 163-4). Apesar de provavelmente o consumo *per capita* fosse maior na cidade de Lisboa, essa última representava apenas 6,1% da população portuguesa. A grande maioria dos habitantes morava fora de Lisboa e deveriam consumir proporcionalmente pouco açúcar. Possivelmente no ano seguinte com a redução do imposto para o desembarcado na terra, o consumo em Portugal fosse ainda maior do que em 1752,

19 Por conta da comercialização por terra do açúcar para Castela não duplicamos suas quantidades como fizemos para o fora do Reino.

20 Ainda havia 0,8% dos açúcares sem informação do destino.

21 A população portuguesa foi estimada por Palma e Reis (2019) em cerca de 2,5 milhões de habitantes em 1752. Infelizmente não dispomos de informações do açúcar para a terra nos demais portos portugueses.

como indicado pelo informe das caixas descrito anteriormente.

O consumo do açúcar disseminou-se por Lisboa e a partir dela para o restante do país, por meio especialmente dos seus afamados doces.²² A importância desse mercado português também pode ser observada pelas confeitarias e o comércio a retalho de Lisboa, existindo até a rua da confeitaria antes do terremoto.²³ Um cruzamento dos nomes de refinadores e confeitores demonstrou a relevância deles na distribuição do açúcar pela cidade. Em 1754, houve denúncia de conluio para arruinar a fábrica de refinar açúcares de Christiano Henrique Smith, que recebeu autorização real para transferi-la da cidade do Porto para Lisboa.²⁴ No curso dessa investigação relacionaram 38 confeitores (entre os quais lojistas e refinadores) na cidade de Lisboa.²⁵ Entre esses confeitores sete pessoas também atuavam como refinadores. Do total de confeitores, 19 pagaram direitos do açúcar na Alfândega em 1752, que destinaram a quase totalidade na terra e não ao exterior. Eles compravam açúcar diretamente dos comerciantes na Alfândega, somando 24,6 mil arrobas, que representava quase um quinto do total distribuído na terra nesse ano (19,9%). Os demais poderiam adquirir açúcar de outros fornecedores. Três anos mais tarde, apesar do terremoto ter paralisado os negócios a partir do início de novembro, esses confeitores adquiriram no mercado da Alfândega doze mil arrobas de açúcar.

Embora houvesse outros fabricantes, a maioria dos confeitores relacionados na referida denúncia comprava açúcar da fábrica de refino de Manuel Leitão de Oliveira, concorrente de Christiano Smith. Leitão pagou direitos de pouco mais cinco mil arrobas de açúcar em 1752, sendo quase a totalidade para a terra. Se somarmos a quantidade de açúcar tributada de Manuel Leitão a dos 19 confeitores acima referidos conseguimos identificar os negociantes de 24,7% total dos açúcares destinados ao consumo na terra. Posteriormente, esse fabricante movimentou 1.705 arrobas em 1755. Ele atuava em múltiplas funções, como refinador, atacadista e varejista da mercadoria, redistribuindo para confeitores e outros consumidores. O próprio Leitão declarou que refinava a "*cada ano mais de 150 caixas de açúcar comprada na alfândega ou fora dela, mas despachadas na mesma alfândega*".²⁶ Assim, o consumo de açúcar em Portugal compreendia uma parcela significativa do desembarcado e distribuído por meio de um conjunto expressivo de intermediários de variados portes que atuavam nesse

22 Stols (2004) e Braga (2014). Os doces em que se aplicava muito açúcar "fazia parte da sociabilidade da época" e "mantém-se sem dúvida a tradição mais original da cozinha portuguesa" (Ferro, 1996, p. 55).

23 Na reconstrução da cidade, Pombal propõe a abertura de uma nova rua mais larga (Carvalho e Melo, 1861, t. 1, p. 31).

24 ANTT. MMIP. Livro 39, N. XXII. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil.

25 Josepha Maria era viúva e mantinha loja na confeitaria. O Regimento de 1768 autorizava a viúva a manter a confeitaria desde que com concessão do Senado da Câmara (Cf. Soares; Macedo, 2014).

26 ANTT. MMIP. Livro 39, m0321. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil.

negócio desde a Alfândega, possivelmente também destinado para o restante de Portugal.²⁷

Agentes do açúcar e suas operações

Reunimos todas as transações dos agentes tributados com mesmo nome, incluindo pequenas diferenças de grafias ou de preposição ou título.²⁸ No livro da Receita de 1752, 494 pessoas transacionaram açúcar na Alfândega de Lisboa que realizaram 2.777 operações para fora e para o interior do Reino.²⁹ Na Tabela 2, fornecemos a distribuição dos agentes e suas operações de acordo com 5 faixas de volume de açúcar, estabelecidas para facilitar a análise dos diferentes portes de negócios nesse mercado. Na primeira faixa até 99 arrobas, havia 297 pessoas que representavam 60,1% dos agentes, despachando quantidade diminuta da mercadoria (1,4%) ou do valor arrecadado (2,6%). Entre essas pessoas, um indivíduo transacionou apenas meia arroba e 115 deles negociaram até 9 arrobas. Ademais, a grande maioria dos agentes da primeira faixa realizou somente uma operação por ano, comercializando 93,1% do volume em açúcar branco e 81,4% de forma exclusiva para o mercado interno. Desse modo, os agentes de pequeno porte operavam diminutas quantidades principalmente de açúcar já mais pronto para o consumo em Portugal.

A segunda faixa abarcou 98 pessoas, representando quase um quinto do total de negociantes. Eles operavam, em média, mais de duas vezes por ano, respondendo por 4,4% do açúcar e 6,7% do arrecadado. O açúcar negociado por eles continuava a ser preponderantemente o branco (88,6%). Entretanto, o destino do açúcar diversificou-se, pois o produto encaminhado para o consumo em Portugal chegou à apenas a metade do total (50,1%). Para esse contingente, o mercado interno português ainda representava um papel fundamental nas suas operações.

Nas duas faixas intermediárias de 500 a pouco menos de dez mil arrobas, notamos 87 pessoas, que perfaziam 17,6% do total. O número médio de operações chegou a 16,5 por ano. Seus negócios compreenderam cerca de um terço do açúcar (33,5%) e mais de quatro décimos do valor arrecadado (45,9%). Por fim, ainda havia uma elevada preeminência do açúcar branco (76,5%), mas o destino não era preferencialmente para a terra que representava apenas 30,6%

27 Pedreira (1995, p. 331) fornece o caso de António Rodrigues Costa que vendia açúcares a clientes não apenas na Capital, mas também em outras regiões do país e até Castela.

28 Para identificação dos nomes dos negociantes efetuamos vários procedimentos, como unificação da grafia e verificação da semelhança de nomes. Realizamos a distinção de nomes quando constava sozinho e vinculado a outro comerciante ou instituição. Não unificamos as transações de pessoas com um sobrenome adicional. Isto não evitou que houvesse a união de pessoas homônimas.

29 Dias (2018) apontou, calcado em documentação particular, para um comerciante do Recife que enviava açúcar para Lisboa em muitas sociedades com outros negociantes.

das quantidades. A medida do crescimento do volume de açúcar transacionado e do número de operações reduzia a representatividade do mercado interno em favor do exterior.

Tabela 2 – Quantidade de açúcar, arrecadação e qualidade (Lisboa, 1752-1761)

Faixas de Açúcar	Agentes	%	Operações	Média	Quantidade (arrobas)	%	Arrecadação (contos de réis)	%	% Branco	% Só para a terra
Até 99	297	60,1	374	1,3	7.736	1,4	2,7	2,6	93,1	81,4
100 a 499	98	19,9	268	2,8	24.107	4,4	6,9	6,7	88,6	50,1
500 a 999	36	7,3	273	7,6	24.732	4,5	6,7	6,4	81,0	38,2
1.000 a 9.999	51	10,3	1.161	22,8	158.499	29,0	41,0	39,5	76,0	29,5
10.000 ou +	12	2,4	700	58,3	331.862	60,7	46,4	44,8	56,6	0,0
Total	494	100,0	2.777	5,6	546.773	100,0	103,7	100,0	65,6	14,2

Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Legenda: Faixas de açúcar = intervalo de volume de açúcar tributado.

Os grandes negociantes somaram apenas 12 pessoas, efetuando a maior parte das operações bem como do volume do açúcar e pouco menos da metade da arrecadação da Alfândega de Lisboa. Eles operaram em média 58 vezes durante o ano de 1752. De outro lado, esses mercadores trabalhavam relativamente menos o branco (56,6%) e destinavam seu comércio mais para fora do Reino, já que nenhum deles comercializava exclusivamente na terra. O estrangeiro Jacob Suberkrub foi o maior comerciante de açúcar nesse ano. Suberkrub reexportou pouco mais de 100 mil arrobas em 194 transações, porém ele comercializou na

terra somente 188 arrobas em uma única operação.³⁰ O maior negociante respondeu por quase um quinto dos açúcares despachados na Alfândega em 1752 (18,6%), salientando a desigualdade brutal entre os agentes.

O comércio do açúcar na Alfândega de Lisboa apresentava elevada concentração dos negócios num grupo relativamente pequeno de pessoas. O índice de Gini do volume de açúcar nas negociações atingiu o resultado extraordinário de 0,903, demonstrando a expressiva desigualdade entre os que se envolveram com essa mercadoria na Alfândega.³¹ Outrossim, os pequenos agentes eram em grande número e comercializavam diminutas quantidades em geral de branco para o consumo interno, como visto na seção anterior sobre os confeitores e refinadores.

Na Tabela 3, dividimos os agentes conforme o destino das suas operações: Fora do Reino (exterior pelo mar), Terra (Portugal), os que despachavam nos dois destinos conjuntamente (Fora e Terra) e Castela (exterior por via terrestre). A maior parte da preciosa mercadoria era transacionada por 46 negociantes que atuavam tanto para fora do Reino como para a terra, compreendendo 1.244 operações e pouco mais de dois terços do volume dos açúcares. A quase totalidade dessa mercadoria destinou-se para fora do Reino (88,5%) e pouco mais da metade consistia de açúcar branco (57,7%). Dos 12 maiores negociantes de açúcar referidos na Tabela 2, onze encontravam-se nessa classificação.

A maior parte dos agentes operava em um único destino: Fora do Reino, Terra ou Castela. Os que comercializavam tão-somente para fora compreendiam 64 pessoas, movimentando 221 operações e pouco mais de um décimo do volume (13,7%). De outro lado, 347 agentes operavam somente para a terra, representando mais de dois terços do total e respondendo por apenas pouco mais de um décimo das quantidades (14,2%). Como vimos antes, se supormos que o total de confeitores nessa época em Lisboa chegasse a cerca de uma centena de pessoas, podemos verificar que o número de agentes operando apenas para a terra superava amplamente esse contingente. Desse modo, os que operavam tão-somente para a terra não eram apenas confeitores, provavelmente na sua maior parte atuavam como varejistas e consumidores.

Apesar da reduzida movimentação de carga, existia um número considerável de 27 agentes que transacionavam para Castela, representando cerca de um vigésimo do total (5,5%). Esses comerciantes parecem mais especializados nessa rota do que nas demais

30 De acordo com Costa, Rocha e Souza (2013, p. 176), Jacob Suberkrub era um dos maiores importadores de mercadorias europeias nos livros da Alfândega em 1751, recebendo pouco mais de 4 contos de réis de ouro do Brasil para Portugal em sociedade com Filipe Hoquel (ou Hockel). Arnold (2020, p. 104) salientou a família de mercadores hamburgueses Süverkrub que possuía pelo menos um membro em Lisboa. A existência de mercadores oriundos dessa região indica que o destino principal desse açúcar exportado por eles fosse Hamburgo

31 O Índice de Gini é uma medida de desigualdade criada por Corrado Gini. Os resultados variam de 0 a 1, sendo mais concentrado quanto mais próximo de 1 e menos concentrado quanto mais próximo de zero.

destinadas ao exterior. Castela abarcou somente pouco mais de dois pontos percentuais da mercadoria desembarcada (2,4%) e quatro pontos do arrecadado (4,4%), por conta da maior proporção de branco (95,3%) e do maior tributo. Ademais, o açúcar branco representou 57,7% do total destinado para fora do Reino e terra, mas 72,2% do voltado apenas fora do Reino e 93,0% do somente a terra. Assim, notamos a presença proporcionalmente maior de mascavado nas operações para o exterior.

Tabela 3 – Agentes e suas operações em quantidades e arrecadação por destino (Lisboa, 1752)

Destino	Agentes		Operações		Açúcar (arrobas)		Arrecadação (contos de réis)		Açúcar Branco
	nº	%	nº	%	nº	%	Valor	%	%
Castela*	27	5,5	90	3,2	13.203	2,4	4,6	4,4	95,3
Fora do Reino	64	13,0	221	7,9	75.046	13,7	11,5	11,0	72,2
Terra**	347	70,2	1.212	44,8	77.631	14,2	27,1	26,2	93,0
Fora e Terra***	46	9,3	1.244	43,7	380.379	69,6	60,3	58,2	57,7
Sem informe	10	2,0	10	0,4	514	0,1	0,2	0,2	93,8
Total	494	100,0	2.777	100,0	546.773	100,0	103,7	100,0	65,6

Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Legenda: * Havia 5 agentes que operavam, além de Castela, para fora, terra e sem informe de destino; ** Havia 20 agentes que operavam, além de terra, sem informe de destino; *** Havia 6 agentes que operavam, além de fora do Reino e terra, sem informe de destino.

A quantidade média dos 46 que negociavam tanto para o exterior como o interior do Reino chegou a 8.269 arrobas. Para os 64 que transacionaram apenas para o fora do Reino atingiu 1.173, porém para os 347 que operavam exclusivamente para a terra chegou a tão-somente 223 arrobas. Por fim, para Castela a média por agente alcançou 489 arrobas, superando à destinada para Portugal. As operações para o estrangeiro abarcavam relativamente menos pessoas e maiores quantidades, reexportando, em geral, os açúcares poucas semanas depois do registro no livro da Alfândega. Por outro lado, já os negócios para a terra demonstravam-se mais pulverizados, alcançando menores volumes e um maior número de agentes. Desse modo, notamos uma diferenciação do porte das negociações para o

exterior em relação às operações para Portugal.

Na Tabela 4, apresentamos a distribuição dos agentes de acordo com as faixas de volume transacionado de açúcar para os anos de 1752 a 1761. O número de agentes oscilou bastante entre os anos. Como a quantidade importada de açúcar manteve-se praticamente estável no período, verificamos que o número de agentes variou no sentido inverso do número médio de operações e de volume. Essas oscilações afetavam mais os pequenos agentes do que os grandes, como a retração do número total deles e da participação de menores agentes em 1758 e 1760. Por outro lado, em 1752, 1759 e 1761 verificamos os números maiores de agentes, bem como da representatividade dos pequenos nos negócios do açúcar. No entanto, em 1755 anotamos uma redução do número de negociantes em relação a 1752, devido aos dois meses quase sem operações na Alfândega depois do terremoto, aumentando o número médio de operações e das quantidades do açúcar.

Tabela 4 – Agentes do açúcar, arrecadação e qualidade (Lisboa, 1752-1761)

Informação	1752	1755	1758	1759	1760	1761
Agentes	494	20	244	475	342	716
Operações	2.777	2.037	1.760	2.095	1.949	2.387
Operações média	5,6	6,4	7,2	4,4	5,7	3,3
Volume médio	1.107	1.344	1.724	1.032	1.108	818
Índice de Gini	0,903	0,883	0,864	0,881	0,814	0,872
Por Faixas de Açúcar *						
% Agentes						
Até 99	60,1	52,8	50,0	57,1	45,0	58,7
100 a 499	19,9	18,8	27,7	20,8	22,8	20,5
500 a 999	7,3	10,0	5,3	5,7	9,6	8,8
1.000 a 9.999	10,3	16,2	17,6	14,3	19,6	10,4
10.000 ou +	2,4	2,2	5,3	2,1	2,9	1,4
% Quantidade						
Até 99	1,4	1,0	0,8	1,4	1,2	2,2
100 a 499	4,4	3,3	3,1	4,8	4,6	6,0
500 a 999	4,5	5,2	2,1	4,0	6,3	7,9
1.000 a 9.999	29,0	34,7	31,2	38,3	47,3	41,8
10.000 ou +	60,7	55,9	62,8	51,5	40,6	42,1

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Legenda: * Faixas de volume de açúcar tributado em arrobas.

Num plano mais geral, notamos uma expressiva concentração dos negócios de açúcar na Alfândega de Lisboa em todos esses anos, alcançando índices de Gini sempre superiores a 0,8. As pequenas variações dos índices entre os anos podem ser atribuídas, entre outros fatores, ao patamar negociado pelos maiores mercadores de açúcares. Para os primeiros dois anos, Jacob Suberkrub negociou 18,6% de todo o açúcar transacionado em 1752 e 23,1% em 1755. A partir do livro do Donativo de 4% de 1756-57 verificamos a ausência de Jacob, reforçando o impacto do terremoto para mudanças dos participantes do negócio do açúcar.³² Dos doze maiores negociantes de açúcar de 1752, sete continuavam em 1755 e apenas cinco em 1756-57.³³

Para os demais anos, Jorge Hinzt consistiu no maior negociante de açúcar entre 1758 e 1761, transacionando 156 mil arrobas e respondendo por 8,3% de todo volume desses anos. Nos anos de 1758 e 1760, ele foi o principal operador, perfazendo 13,5% e 6,3% respectivamente dos açúcares negociados. Essa menor participação em 1760 provocou uma pequena retração do índice de Gini.³⁴ Por fim, Francisco "Chefecler"³⁵ em 1759 e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1761 alcançaram cada um 8,3% dos açúcares transacionados.³⁶ A companhia criada em 1759 passou a despachar na Alfândega lisboeta apenas em 1761, revelando uma defasagem desde o início da operação da companhia e a saída dos açúcares do Brasil. Outrossim, os maiores negociantes detinham um grande controle do açúcar na praça de Lisboa e, principalmente, da reexportação. Na próxima seção, avaliaremos a continuidade das pessoas nos negócios açucareiros.

32 No período 1756-57, o principal negociante foi o hambuguês Filipe Hoquel, movimentando 37,6 mil arrobas apenas em 1757, que representavam 9,4% do total (Dias, 2018, pp.16). Em 1758, Hoquel movimentou apenas 1.078 arrobas. Ele foi acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba de 1759-63 no valor de 16 contos de réis (Melo, 2017, p. 538). O segundo principal negociante consistiu no inglês Robert Mayne, que negociou quase 32 mil arrobas nesse período 1756-57. Ele continuou a transacionar açúcares no período de 1758 a 1761, movimentando 61 mil arrobas.

33 Além de Jacob, não continuaram na atividade depois do terremoto João Henrique Thonsen e "Moro e Connoly".

34 Em 1760, o principal negociante foi Jorge Hinzt, mas negociou apenas 24 mil arrobas. Nos demais anos os volumes transacionados pelos maiores negociantes variaram entre 41 e 102 mil arrobas.

35 Em 1756-57, Francisco "Clefecler" negociou quase 18 mil arrobas. Arnold afirma que a família de mercadores hamburgueses Klefecker mantinha pelo menos um membro em Lisboa (2020, p. 114).

36 Para essa companhia, Ribeiro Júnior (2004) afirmou que a maior parte do capital era de sócios da praça de Lisboa. A quase totalidade do açúcar negociado pela empresa originou-se de Pernambuco, à exceção de apenas 204 arrobas do Rio de Janeiro

Persistência dos negociantes e outras atividades

Uma tentativa de avaliar a continuidade nos negócios no decorrer dos anos também pode ser realizada por meio desses registros de impostos do açúcar. Esse procedimento fundamenta-se no cruzamento tão somente dos nomes presentes nos livros manuscritos de diferentes anos, podendo haver casos de homônimos. Tal processo apresenta, grosso modo, uma ideia da permanência na atividade. Devido à grande destruição do terremoto para a economia e as relações mercantis lisboetas, apresentamos, na Tabela 5, os agentes divididos em dois períodos de atuação: 1752 e 1755 e 1758 a 1761. 704 agentes negociaram em 1752 e 1755 e 1.362 que operaram entre 1758 e 1761. Para o primeiro grupo, verificamos que a grande maioria deles realizou apenas operações em um único ano (84,5% do total), transacionando apenas um quarto do açúcar. O intervalo de dois anos entre as operações de 1752 relativamente a 1755 dificultaram a avaliação da continuidade na atividade.³⁷

Tabela 5 – Anos de operações dos agentes (Lisboa, 1752-1761)

Anos de Operações	Número	%	Açúcar*	%	Arrecadação (contos de réis)	%
1752 a 1755						
1 ano	595	84,5%	248.164	25,4%	43	23,9%
2 anos	109	15,5%	728.557	74,6%	138	76,1%
Total	704	100,0%	976.721	100,0%	181	100,0%
1758 a 1761						
1 Ano	1.109	81,4%	332.545	17,7%	55	18,1%
2 Anos	136	10,0%	233.787	12,5%	39	12,6%
3 Anos	63	4,6%	382.297	20,4%	60	19,6%
4 Anos	54	4,0%	926.880	49,4%	152	49,7%
Total	1.362	100,0%	1.875.509	100,0%	306	100,0%

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Legenda: * Açúcar tributado em arrobas.

Como a grande maioria dos agentes operava em apenas um ano, tal resultado revelou a pulverização dos seus negócios também no tempo. De outro lado, os agentes que operaram tanto em 1752 quanto em 1755 representavam um sexto do total, porém respondiam por cerca de três quartos do açúcar e da arrecadação. Assim, os grandes operadores mantinham-se mais persistentes no mercado de açúcar.

Para o segundo período 1758-1761, os agentes que atuaram em único ano chegaram a representar 81,4% do total, abarcando somente 17,7% do açúcar. Esse resultado reforça o observado para o período anterior, de que os agentes de somente um ano constituem a ampla maioria dos operadores desse mercado. Por outro lado, os mercadores que negociaram nos quatro anos alcançaram apenas 4% do total deles, porém responderam por quase a metade do açúcar transacionado nos quatro anos. Destarte, os grandes negociantes apresentaram maior persistência na atividade.

Os livros da Receita do Açúcar fornecem-nos apenas os nomes dos negociantes, em alguns poucos casos título (como capitão ou doutor) ou referência de pertencer a uma instituição, principalmente religiosa. A partir dos nomes, identificamos a presença de mulheres, negociando 0,5% do total de açúcar no período 1752-55 e 0,2% no de 1758-61. Entre essas, havia sete religiosas e duas condessas.³⁸ Ainda verificamos a presença de padres e de ordens religiosas, respondendo por 0,9% do açúcar negociado no primeiro período e 0,6% no segundo. Por fim, as companhias laicas negociaram 2,2% dos açúcares nos dois primeiros anos e 3,9% no segundo período. O crescimento da participação das empresas decorreu da entrada nas negociações da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 1761.

Procuramos efetuar o cruzamento dos nomes desses agentes com outras fontes, visando ampliar as informações sobre eles. Utilizamos a relação de confeitores referida na segunda seção, os senhores de engenho da Bahia de 1754-55 e os de Pernambuco de 1761 e, finalmente, de acionistas das companhias pombalinas (Caldas, 2017; Melo, 2017, p. 476-482 e p. 536-545).

Para o primeiro período 1752-55, notamos a presença de 23 confeitores e refinadores de açúcar. Nesses anos, ainda havia um grupo bastante representativo de 34 pessoas que eram acionistas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba entre 1759 e 1763. Eles formavam parte dos principais acionistas dessa companhia, transacionando 16,7% do açúcar desse período. Por fim, verificamos a participação de apenas dois senhores de engenho ou seus representantes, dos quais um da Bahia e outro de Pernambuco.³⁹ Isto demonstra a pequena

38 A maior negociante de açúcar foi Brigida Maria e por seu filho Antonio Amancio da Costa, operando 52 vezes num total de 4.196 arrobas em 1752. A partir de 1755 apenas o seu filho continuou os negócios, mantendo operações em volumes próximos ao primeiro ano analisado. Ademais, a viúva Josefa Maria com loja na Confeitaria de Lisboa negociou 43 arrobas em 1752.

39 Ainda havia dois possíveis cruzamentos para Pernambuco, mas acreditamos que possam ser homônimos, pois apresentavam apenas um sobrenome e um prenome.

representatividade dos senhores de engenho entre os negociantes de açúcar em Lisboa.

Para o segundo período 1758-61, localizamos 112 acionistas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba entre 1759 e 1763. Eles representavam 8,2% dos 1.362 negociantes, mas responderam por 21,1% do açúcar transacionado no período. Ademais, verificamos a presença de apenas dois senhores de engenho de Pernambuco de 1761 entre os agentes de açúcar em Lisboa. Assim, os produtores de açúcar no Brasil pouco negociavam a preciosa mercadoria na praça lisboeta. De outro lado, os negociantes de açúcar em Portugal praticamente não detinham engenhos no Brasil.

Podemos ilustrar os acionistas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba por meio do negociante inglês Elias Perochon, radicado em Lisboa. Com relação ao açúcar, ele transacionou quase 17 mil arrobas em 1752 (3,1% do total desse ano), mantendo operações de forma contínua até 1761, quando negociou quase 18 mil arrobas (6,0% do conjunto do ano). Ele atuou, conforme o livro do Donativo do 4%, até mesmo no período 1756-1757, somando quase 13 mil arrobas. Os seus negócios envolviam embarcações, fazendas secas e financiamento, compreendendo diferentes praças europeias, Angola e Rio de Janeiro (Pesavento, 2009, 2015).

Outra trajetória interessante consistiu no caso do suíço naturalizado inglês David Purry (1709-1786), morador em Lisboa desde 1736 e que também era acionista da já referida companhia. Ele negociou apenas 465 arrobas em 1752. Em 1756-57, esse negociante expandiu os carregamentos para 13 mil arrobas. As suas operações com açúcar ampliaram-se expressivamente nos últimos quatro anos, atingindo mais de 65 mil arrobas, incluindo as sociedades com outros negociantes, principalmente Domingos Esteves Carneiro. Outro negócio compreendeu o contrato por nove anos do pau-brasil em Pernambuco de 1766, em sociedade com Gerardo Devisme. Várias madeiras eram transacionadas, até mesmo para feitura de caixas de açúcar (Cf. Araújo, 2003).

Entre os mercadores portugueses, destacou-se José Rodrigues Bandeira (1705-1780), que foi deputado da Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio, primeiro provedor da Junta de Comércio em 1755-58 e acionista da já referida companhia (Cf. Pedreira, 1992). Bandeira consistia num dos poucos mercadores com conhecimento e prática de partidas dobradas (Cf. Duarte ; Gonçalves; Góis, 2020). Ele operou quase 48 mil arrobas de açúcar nos dois primeiros anos em análise e 24 mil no segundo período em discussão.⁴⁰ Por outro lado, Francisco José Lopes foi acionista da companhia do Grão-Pará e Maranhão e deputado da Junta do Comércio e Cavaleiro da Ordem de Cristo, embora fosse filho de mestre tecelão (Cf. Dias, 1969; Martins, 2019; Pedreira, 1992).⁴¹ Ele negociou quase 68 mil arrobas no segundo período analisado, sendo uma pequena parte com sócios. Assim, os grandes negociantes do

40 Em 1756-57, Bandeira movimentou 1.621 arrobas.

41 Ele recebeu quantia expressiva de ouro em 1761, de acordo com Costa, Rocha e Souza (2013, p. 208).

açúcar persistiram proporcionalmente mais no negócio e também assumiram outras atividades coloniais.

Considerações finais

No começo do consulado pombalino e antes da criação do Erário Régio, produziu-se uma nova regulação do açúcar, incentivando as exportações e o consumo português. Apesar dessas medidas, verificamos, a partir de fontes inéditas, a estabilidade dos volumes de açúcares despachados regularmente pela Alfândega de Lisboa. Embora houvesse oscilações anuais relacionadas, entre outras questões, aos preços e à chegada das frotas de diferentes regiões, não observamos tendência de crescimento dos desembarques da mercadoria de 1752 a 1761. A origem do açúcar concentrou-se na Bahia e Pernambuco, respondendo o Rio de Janeiro por cerca de um décimo no período. A arrecadação dos direitos relacionava-se à quantidade negociada e ao tipo do açúcar, já que o branco era o mais tributado e a maior parte do açúcar despachado. Por fim, o terremoto de 1755 produziu uma interrupção de poucos meses do afluxo do açúcar brasileiro, pois posteriormente ocorreu a retomada do desembarque. O sismo que impactou terrivelmente a capital do Império não alterou a organização do negócio do açúcar em Lisboa nos anos seguintes.

Nesse período, a regulação pombalina também se atentou ao abastecimento interno de açúcar em Portugal, notado por meio da redução tributária, autorização de novas fábricas de refino e proibição de exportação do branco (1758), favorecendo o consumo português. Em 1752, por conta da distinção do tributo de acordo com o destino tornou possível dimensionar o mercado interno de açúcar. Apesar de um imposto mais elevado, o consumo interno de açúcar em Portugal alcançou uma parcela expressiva das importações da mercadoria brasileira (22,6%). A atuação de confeitores e refinadores em Lisboa nessa época complementados pelos consumidores e varejistas corroborou a relevância do abastecimento interno. O consumo *per capita* português mostrou-se inferior ao inglês e ao holandês, porém semelhante ao francês. De outro lado, a reexportação abarcou cerca de três quartos do açúcar importado do Brasil em 1752. O mascavado reexportava-se em sua quase totalidade, restando relativamente pouco desse tipo para o mercado português que dispunha de menor capacidade de refino. O branco era proporcionalmente mais consumido internamente, embora a maior parte dele também fosse reexportada.

Os agentes do açúcar em Lisboa atuavam em diferentes mercados em 1752: dentro e fora do Reino, compreendendo quase cinco centenas de pessoas e companhias. A maioria deles operava exclusivamente para o consumo na terra, realizando cada um poucos e pequenos negócios. De acordo com a elevação dos volumes despachados pelos agentes crescia a parcela destinada ao exterior. Os grandes negociantes constituíam em reduzido número e agiam tanto para fora quanto para dentro do Reino, mas o exterior consistia no principal destino dos açúcares. A concentração das quantidades nas mãos de poucos revelou-

se brutal, alcançando um índice de Gini muito elevado. Embora os grandes negociantes apresentassem maior diversificação de atividades e atuação em diferentes elos da cadeia mercantil do açúcar, a diferenciação extraordinária entre os agentes demonstrou uma profunda segmentação do negócio do açúcar nesse ano.

Quando ampliamos a análise para todos os anos considerados, também revelamos uma ampla gama de participantes dos negócios do açúcar em Lisboa e demonstramos uma concentração muito elevada, compreendendo tanto o número de operações, como a quantidade e a arrecadação dos tributos. Outrossim, verificamos que poucos negociantes lisboetas de açúcar investiam na produção no Brasil e que raramente os senhores de engenho do Brasil despacharam essa mercadoria em Lisboa, reforçando a especialização ao longo da cadeia mercantil. Ainda havia instituições religiosas e mulheres nesse negócio, mas com participações diminutas.

Não obstante as flutuações do mercado, a desigualdade das negociações açucareiras na Alfândega manteve-se muito expressiva em todos os anos analisados. A preeminência dos grandes negociantes muitos dos quais estrangeiros salientou a concentração desse negócio, independentemente da alternância dos maiores comerciantes. Por fim, a despeito dos poucos anos em análise, os grandes negociantes persistiram na atividade por mais anos que os pequenos. Notamos uma grande rotatividade dos agentes, principalmente das numerosas pessoas de poucos negócios mais votadas para o mercado consumidor português, lançando mão mesmo que esporadicamente do açúcar em suas atividades. Apesar da liderança dos grandes negociantes nos volumes transacionados, o açúcar oriundo do Brasil adentrou a economia portuguesa por meio principalmente de pequenos e médios agentes responsáveis pelo consumo interno.

Referências

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. TT/ER/A-A-C/009.

ANTT. MMIP. Livro 39, m0321. Compilações das leis, ordens etc., sobre açúcar e tabaco do Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, M. L. de. *Notícias históricas de Portugal e Brasil*. Coimbra: Ed. Coimbra, 1971.

ARAÚJO, A. R. M. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa: David de Purry um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras*, v. 1, n. 2, p. 109-137, 2003.

ARAÚJO, C. F. de. A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e os homens de negócio de Pernambuco (1758-1778). *Revista História e Economia*, v. 6, n. 1, p. 15-26, 2010.

ARNOLD, T. dos S. Atlantic sugar and central Europe: sugar importers in Hamburg and their trade with Bordeaux and Lisbon, 1733-1798. In: WIMMLER, Jutta; WEBER, Klaus. *Globalized peripheries: central Europe and Atlantic World, 1680-1860*. Suffolk: Boydell Press, 2020

BRAGA, I. M. R. M. D. Confeiteiros na época Moderna: cultura material, produção e conflituosidade. In: SOARES, C.; MACEDO, I. C. de (Orgs.). *Ensaio sobre patrimônio alimentar luso-brasileiro*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2014.

CALDAS, J. A. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Memória e Arte, 2017.

CARRARA, A. A. *et al.* The Brazilian economy during the old regime crisis (c. 1750-1807). *Revista de História Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History*, p. 1-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0212610921000185>.

CARVALHO E MELO, S. J. de. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal*. 5.^a ed. Lisboa: Typographia de Costa, Sanches, 1861.

CONTI, P. F. de S. *A casa das qualidades, pesos e preços: a Mesa de Inspeção do Tabaco e Açúcar de Pernambuco (1752-1777)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COSTA, L. F. Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, J. *et al.* (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória; Lisboa: Edufes; IICT, 2006.

COSTA, L. F.; ROCHA, M. M. Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII. *Análise Social*, n. 42, v. 182, p. 77-98, 2007.

COSTA, L. F.; ROCHA, M. M.; SOUZA, R. M. De. O ouro cruza o Atlântico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 42, n. 2, p. 71-86, jul.-dez. 2005.

COSTA, L. F.; ROCHA, M. M.; SOUZA, R. M. de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

CRUZ, M. D. da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-24, 2014.

DIAS, M. N. Fomento Ultramarino e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). *Revista de História*, v. 38, n.77, p. 93-126, 1969.

DIAS, T. A. A casa comercial de João da Costa Soares em Recife: instituições mercantis e negociantes ultramarinos no século XVIII. *História*, São Paulo, n. 37, p. 1-26, 2018.

DUARTE, C.; GONÇALVES, M.; GÓIS, C. "Sim, senhor ministro": os homens de negócio ao serviço do Marques de Pombal na Junta do Comércio portuguesa (1755-1788). *De Computis, Revista Española de Historia de la Contabilidad*, n. 17, v. 2, p. 43-59, 2020.

DURÃES, A. Grupos intermédios: identidade social, níveis de fortuna e padrões de consumo (Lisboa nos finais do Antigo Regime). *História*, São Paulo, v. 175, p. 133-172, jul.-dez. 2016.

EBERT, C. From gold to manioc: contraband trade in Brazil, during the Golden Age, 1700-1750. *Colonial Latin American Review*, v. 20, n. 1, p. 109-130, 2011.

FERRO, J. P. *Arqueologia dos hábitos alimentares*. Lisboa: D. Quixote, 1996.

GODINHO, V. M. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770. *Revista de História*, v. 7, n. 15, p. 69-88, 1953.

HESPANHA, A. M. A fazenda. In: MATTOSO, J. (Org.). *História de Portugal, no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Estampa, 1998.

HESPANHA, A. M. As finanças portuguesas nos séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito*, UFRS, v. 8, n. 2, p. 79-132, 2013.

HIGMAN, B. W. *A concise history of the Caribbean*. Cambridge: Cambridge, 2011.

MADUREIRA, N. L. *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Estampa, 1997.

MAGALHÃES, J. A. R. de. Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 165, n. 424, p. 183-209, jul.-set. 2004.

MARTINS, D. de C. *A companhia geral de comércio do Grão-Pará e Maranhão e os grupos mercantis no Império português (c. 1755-c. 1787)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MATA, G. G. *Tradição e modernidade. Práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MELO, F. S. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENEZES, A. de F. A contextura econômica. In: SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (Orgs.). *Nova História de Portugal*. Volume 7: Da paz da restauração ao ouro do Brasil. Lisboa: Presença, 1991.

MONT SERRAT, Pablo Oller. *O Império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração*. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOREIRA, M. C.; WEBER, A. A importância do mercado brasileiro no comércio externo luso-hamburguês, 1796-1831. *Jahrbuch für Geeschichte Lateinamerikas*, v. 45, n. 1, p. 325-341, dez. 2008.

MORINEAU, M. *Incroyables gazettes et fabuleux métaux*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1985.

NOVAIS, I. A. F. *A mesa de inspeção do açúcar e tabaco na Bahia, 1751-1808*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PALMA, N.; REIS, J. From convergence to divergence: Portuguese economic growth, 1527-1850. *Journal of Economic History*, v. 79, n. 2, p. 477-506, 2019.

PEDREIRA, J. M. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. *Análise Social*, 4.^a série, v. 27, n. 116-117, p. 407-440, 1992.

PEDREIRA, J. M. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PESAVENTO, F. Para além do Império Ultramarino português: as redes trans e extraimperiais no século XVIII. *Anais do [...] Simpósio Nacional de História, XXV*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

PINTO, M. L. R.; RODRIGUES, J. D.; MADEIRA, A. B. A base demográfica. In: SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (Orgs.). *Nova História de Portugal*. Volume 7: Da paz da restauração ao ouro do Brasil. Lisboa: Presença, 1991.

PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo; Brasília: INL, 1979.

RIBEIRO JÚNIOR, J. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROCHA, M. M. F. M. *Crédito privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830*. Tese (Doutorado em História) – Instituto Universitário Europeu, Florença, 1996.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRÃO, J. V. O quadro humano. In: MATTOSO, J. (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1997.

SERRÃO, J. V. Os impactos económicos do terramoto de 1755. In: ARAÚJO, A. C.; et al. (Orgs.). *O terramoto de 1755: impactos históricos*. Lisboa: Horizonte, 2007.

SILVA, A. F. Finanças Públicas. In: LAINS, P.; SILVA, A. F. da (Orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. O Século XVIII. Lisboa: ICS, 2005.

SOARES, C.; MACEDO, I. C. *Ensaio sobre patrimônio alimentar luso-brasileiro*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2014.

STEIN, R. L. *The French sugar business in the eighteenth century*. Baton Rouge; London: Louisiana State University Press, 1988.

STOLS, E. The expansion of the sugar market in western Europe. In: SCHWARTZ, S. B. (Org.) *Tropical babylons: sugar and the making of the Atlantic world, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004.

The PWR Data Files. (Site). Prices, wages and rents in Portugal 1300-1910. Disponível em: http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=56. Acesso em: 07 fev. 2022.

TOMAZ, F. As finanças do Estado pombalino 1762-1776. In: *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1988.

VRIES, J. de. *The industrious revolution: consumer behavior and the household economy, 1650 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Apêndice

Tabela – Doze maiores negociantes em 1762

Nome	Operações	Quantidade*	%	Arrecadação (contos de réis)	%
Felix Francisco de Oliveira, por Duarte Burne	24	10.851,50	1,90%	1.761.760	1,12%
Carlos Roiz Castello	45	11.009,00	2,01%	3.982.374	3,84%
Pedro Franco Oliveira	20	11.739,00	2,15%	1.711.650	1,65%
Moro e Connoly	37	15.804,50	2,89%	1.382.400	1,33%
Elias Perochon	34	16.807,00	3,07%	1.885.550	1,82%
Thomas Pasley	30	18.002,00	3,29%	2.254.700	2,17%
Alberto Mayer	48	18.340,00	3,35%	3.115.000	3,00%
Guilherme Mauman	34	19.548,00	3,58%	2.322.300	2,24%
Domingos de Bastos Vianna	69	27.117,00	4,96%	3.505.100	3,38%
João Henrique Thonsen	96	39.305,50	7,19%	5.614.134	5,41%
José Rodrigues Bandeira	68	41.583,00	7,61%	6.743.600	6,50%
Jacob Suberkrub	195	101.755,00	18,61%	13.816.700	13,32%

Fonte: ANTT. Alfândega de Lisboa. Receita do Açúcar. PT/TT/ER/A-A-C/009.

Legenda: * Açúcar tributado em arrobas.